O SETOR FINANCEIRO E O ENSINO SUPERIOR: algumas questões para discussão

Pedro Henrique de Sousa Tavares[1]
Verônica de Lima Carneiro [2]
Michele Borges de Souza[3]
Carlos José de Melo Moreira[4]

Resumo

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica referente á educação superior nos marcos da financeirização mundial do capital, evidenciando que a suposta crise e saturação no segmento educacional superior privado, levou o governo a promover sua expansão pela via da política de renúncia fiscal e transferência de recursos públicos para o setor privado, engendrando a expansão da educação superior por meio da iniciativa privada, no âmbito de um projeto global do capital, envolvendo o livre-comércio de serviços educativos, no qual o movimento do capital favorece a criação de oligopólios educacionais, envolvendo a fusão e aquisição de instituições.
Palavras-chave: Setor financeiro - Serviços educativos - Ensino superior.

Abstract

The paper presents results of a literature search related to education within the framework of higher global financialization of capital, showing that the alleged crisis and saturation in the private higher education sector, prompted the government to promote its expansion policy via tax breaks and transfer public resources to the private sector, engendering the expansion of higher education through the private sector, as part of a global design capital, involving free trade in education services, in which the movement of capital favors the creation of oligopolies educational involving the merging and acquiring institutions.
Keywords: Financial sector - Educational Services - Higher education.

[1]Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pedrohstavares@yahoo.com.br
[2] Estudante de Pós-Graduação. Universidade Regional do Cariri. E-mail: vercar1407@gmail.com
[3] Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail*: michelinhe@yahoo.com.br*
[4]Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) E-mail:. carpedfil@gmail.com

1 INTRODUÇÃO: A educação superior sob os marcos regulatórios da financeirização do capital

Segundo Chesnais (1996) o mundo capitalista se organiza sob uma nova configuração, que tem indicado a mundialização do capital, a partir da "centralização de gigantescos capitais financeiros", que buscam maior rentabilidade e liquidez, comandado pelo capital a juros, evidenciando, segundo Leher (2012) a natureza especulativa do capital fetiche.

Chesnais (2000) destacou dois marcos históricos para a mundialização do capital: os anos 1980 que permitiram a desintermediação financeira, no qual o poder das finanças foi construído a partir do contexto da crise do endividamento dos governos no que ficou conhecido como a "década perdida", permitindo o ressurgimento dos mercados financeiros, com novos e variados meios disponibilizados para operações de fusões e aquisições. Este é o contexto segundo o qual Harvey (2011) afirma emergir um sistema globalmente integrado dos mercados financeiros, cuja referência principal é o ano de 1986, e o conhecido "Big Bang", que era a conexão de Londres e Nova York com os principais "mercados financeiros mundiais num único sistema de negociação" (p. 25), período no qual se afirmou um dos princípios dos Estados que era a proteção às instituições financeiras. O segundo marco, para Chesnais (2000), começa a partir dos anos 1990, no qual ocorre o aumento da importância das operações financeiras, numa concepção similar de finanças como indústria, que pode ser classificada como "uma segunda etapa do regime de acumulação predominantemente financeiro" (p. 16), no qual ocorrem mecanismos de vigilância e controle sem precedentes na história do setor financeiro sobre os grupos industriais e, também, dos serviços, na perspectiva da maior rentabilidade e liquidez para o mercado financeiro.

Se por um lado existia uma discussão sobre uma possível autonomia da esfera financeira, Chesnais (1996) destaca a origem destes capitais no setor produtivo, que acentua a desregulamentação financeira. Coutinho e Beluzzo (1998) já analisavam que na passagem da década de 1980 para 1990 se tinha consciência acerca do peso e da

influência da financeirização da economia, alterando a composição da riqueza social, no qual as empresas ampliaram a posse de ativos financeiros, não apenas na perspectiva de utilização da reserva de capital para futuros investimentos, configurando a tendência à financeirização e ao rentismo nas economias capitalistas.

A discussão acerca do crescente controle do setor financeiro sobre a produção tem sido objeto de importantes debates acadêmicos e políticos. Entretanto, pelo proposito da discussão, trabalharemos problematizando e fazendo conexões da relação do capital financeiro com o setor de serviços.

O setor de serviços tem assumido, na era mundializada do capital, maior importância na economia e na geração de emprego, com peso considerável mediante várias razões, dentre as quais se destaca a complexidade e reorganização da economia que impulsiona a expansão deste setor e, concomitantemente, a tendência de especialização das empresas (CHESNAIS, 1996). A revolução tecnológica, a reestruturação produtiva e, inicialmente, a globalização - anterior à etapa de predomínio das finanças - podem ser consideradas gênese de uma metamorfose que tem dado importância cada vez maior ao setor de serviços, mediante o discurso de perda de produtividade no setor secundário.

A importância do setor de serviços explica-se mediante a crise do capitalismo que tem gênese nos anos 1970, no qual a produtividade da indústria e a reorganização do modelo de acumulação do capital foram centrais. Se a passagem do regime fordista-taylorista, de produção em série e em massa para consumo em massa entrou em colapso, fazendo surgir propostas diversas de reorganização da produção, ganhou destaque a forma flexível de acumulação, que propunha a substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, a flexibilidade nas relações de produção e de organização do trabalho, ensejando desemprego estrutural. O deslocamento da acumulação do capital para o setor de serviços, articulado com a crescente financeirização da economia, o torna alvo de disputas e de estratégias concorrenciais para a valorização do capital.

Lacerda (2002) comunga da opinião de que nesta etapa do capitalismo, denominado financeiro, e reivindicando o conceito de mundialização do capital, o setor de

serviços ganha uma nova dimensão, seja através das trocas comerciais nas exportações ou pelo seu papel na formação de formas de produção de valor.

2 O SETOR FINANCEIRO, OS SERVIÇOS E OS SERVIÇOS DE ENSINO

É dentro deste contexto de supremacia do capital financeiro sobre o setor de serviços que a educação entrará, sendo compreendida como mais um dos serviços com potencial de exploração pelo capital. Segundo Feldfeber (2009), nesta nova governança mundial, conduzida pelo capital financeiro, “a estrutura do poder internacional, com clara hegemonia do capital financeiro, consta de umas 200 megacorporações que tem um volume de vendas superior ao PNB de todos os países do mundo, com exceção dos nove maiores” (p. 165).

O setor de serviços tem sido um dos principais nichos de exploração do capital financeiro, e adquire proeminência com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Harvey (2011), em referência à livre circulação do capital, do qual podemos fazer inferência sobre os propósitos da OMC, afirma que o projeto do capital foi de redução das barreiras artificiais do comércio, sendo que uma “arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo-internacional do capital-dinheiro liquido para onde fosse usado de modo mais rentável” (p. 22).

Segundo Feldfeber (2009) a comercialização de serviços insere-se no aspecto novo dos tratados de livre-comércio, sendo definidos como mercadorias intangíveis, “aprofundando tendências privatizadoras que orientaram os processos de reforma do Estado a partir das crises da década de 1970 no contexto de aplicação de politicas de ajuste estrutural” (p. 169).

Segundo Lima (2002), a OMC, criada em 1995, tinha como objetivo reduzir as barreiras ao comércio mundial, garantindo e fiscalizando a liberalização dos serviços, e a consequente abertura das economias nacionais ao capital estrangeiro, no qual a Conferência de Cingapura (1996) foi um marco importante, pois nesta conferência a educação foi debatida como um serviço e mercadoria como outra qualquer, em que se aprofundaram debates sobre a compra de pacotes educacionais de países centrais para países subdesenvolvidos, concepção que é cristalizada a partir do documento “Serviços de Educação”, de 1998, no qual a OMC apontou a educação como um nicho para

investimentos privados, aprofundando a concepção de empresariamento da educação. Dentre os serviços de educação contidos no documento estão a educação primária, secundária, de jovens e adultos e a superior. Sobre a educação superior, o documento exalta a educação à distância, juntamente com a diversificação das instituições de ensino superior (HADDAD, 2008).

Barreto e Leher (2008) afirmam que a partir do momento em que a educação torna-se terciária, seguindo a lógica de mercadoria (*commodity*), opera-se uma reengenharia por organismos internacionais, neste caso a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e a Organização Mundial do Comércio - OMC, com vistas a facilitar o comércio deste serviço, seja através das tecnologias da informação ou da oferta de condições para eliminação de obstáculos que pudessem impedir a oferta em países periféricos de educação terciária, no qual se adota, segundo Siqueira (2004), uma noção de países exportadores de serviços educacionais e países importadores de serviços educacionais.

Ainda segundo Feldfeber (2009) a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE estima que o mercado de educação superior, entendida como um serviço nas categorias da OMC, está crescendo rapidamente, a partir das liberalizações e pressões entre países interessados em explorar este nicho, que, em nossa análise, possui grande potencial para as injunções do capital.

Em meados dos anos 2000 a entrada do capital rentista no setor de serviços educacionais tornou-se considerável, especialmente na educação superior, um elemento que precisa ser analisado para dar sentido à nova logica privatista que está ocorrendo na educação superior brasileira, engendrando uma mercantilização diferente do que acontecera nas décadas de 1990 e início dos anos 2000.

Partimos da defesa da hipótese de que a mercantilização do ensino superior brasileira assume outra natureza a partir de meados dos anos 2000 em sintonia com o movimento do capital através dos fundos de investimentos (*private equity*), que passam a controlar uma parcela crescente das instituições de ensino superior.

Este processo está ligado à formação dos oligopólios nesta nova fase de expansão educação superior brasileira. Chaves (2010) aponta que o processo de expansão da educação superior no Brasil, com fortes traços mercantis, a partir de 2007,

inaugurou uma nova tendência de oligopolização no segmento privado, no qual se constatou um processo de compra e venda de instituições, com fusões que têm formado oligopólios educacionais, ou seja, com uma tendência à formação de número menor de grandes empresas que atuam num nicho mercadológico, no caso o educacional, e que passam a ter um controle de parte cada vez maior do quase-mercado da educação superior.

Leher (2010) também parte do mesmo ponto de vista, afirmando que a expansão da educação superior privada se torna diferenciado a partir de 2005, mas, é em 2008 que assume outros contornos, na medida em que passa a ocorrer um maior controle de Instituições de Ensino Superior - IES por fundos de investimentos (*private equity*), com a abertura do capital das IES, reconfigurando-se o processo de mercantilização da educação superior em uma mercantilização de novo tipo, num processo que ainda não foi estudado com profundidade, agora sob o domínio do capital rentista, operado por frações da burguesia que procuram novos nichos no setor de serviços, com mudanças de inédita velocidade e intensidade, na medida em que alteram a natureza da mercantilização em curso e aprofundam a proeminência do setor financeiro no controle do ensino superior.

As mudanças na natureza da mercantilização em curso demonstram uma mudança significativa em relação ao período anterior, até meados dos anos 2000, quando as IES, como instituições privado-mercantis, eram geridas por entidades mantedoras que se tratavam de organizações empresariais de natureza familiar, passando para o controle do setor financeiro.

Outro elemento importante que interessa para nossa análise, que coloca um ponto de interrogação sobre o interesse do setor financeiro, através do capital rentista, pela educação superior privada no Brasil, refere-se à oferta de vagas em instituições no setor privado. Esta oferta sempre foi maior do que as vagas preenchidas, conforme atestam os Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que, mediante o contexto de expansão do ensino privado no Brasil, ocasionou um quadro de saturação[5] no segmento privado, que foi analisado com profundidade por Amaral (2006). A atuação salva-guardista do Estado brasileiro em

[5] É importante observar que as vagas ociosas eram mais de natureza contábil do que efetivas, pois as empresas educacionais superdimensionam o número de vagas iniciais.

relação aos problemas do setor privado, com o aumento do gasto público com o financiamento deste segmento esteve expresso em politicas como o FIES[6] e Prouni[7], que serão estudados com mais profundidade, mas que podem explicar o interesse do setor financeiro a partir de meados dos anos 2000 pelo controle do ensino superior.

As aquisições e fusões de IES com os conglomerados educacionais, controlados pelos fundos de investimentos, podem estar engendrando um processo de formação de oligopólios no ensino superior, com o predomínio do setor financeiro. Para um melhor entendimento da problemática, partimos da definição presente na literatura marxista sobre oligopólios, no qual as ações do capital percorrem três etapas sucessivas, envolvendo a acumulação, concentração e centralização (MARX, 2005).

Dessa maneira a formação de oligopólios é produto da concentração de capitais no qual existe uma estrutura de mercado dominada por um número reduzido de empresas, um processo que necessariamente precisa ser lido a partir da ótica da formação de oligopólios e do capital financeiro (fusão do capital bancário e capital industrial), a partir da leitura de Lênin (2003), que já trazia discussões acerca da crise do capitalismo na passagem do século XIX pro XX, na transição do capitalismo livre e concorrencial e a assunção do capitalismo financeiro.

3 PARA FINALIZAR UMA CONCLUSÃO INCONCLUSA

As discussões atuais sobre o setor financeiro e o ensino superior precisam ser clarificadas com alguns números. É o caso da redefinição do antigo crédito educativo, denominado, no governo FHC, de FIES, e aumentado no governo Lula que reduziu ainda mais os juros, passando de aproximadamente 12% ao ano para 3,4% ao ano. Desse modo, segundo Leher (2010), o aumento das despesas implícitas do Tesouro Federal com o FIES, no período de 2004 a 2007, aumentou em mais de 100 milhões de reais. Importante assinalar que a retórica das reformas educacionais promovidas sempre está ligada à democratização e à justiça social. O dispêndio público com o FIES hoje chega a

[6] O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas (MEC/Inep, 2010).
[7] O Prouni foi criado primeiramente pelo Decreto Presidencial 5.245/2004 e, posteriormente, regulamentado pela Lei 11.096/2005.

cifras superiores a um bilhão de reais, um valor que certamente é atrativo para o setor financeiro, que procura influenciar e ter controle de instituições através dos fundos de investimentos.

Se a expansão da educação superior privada "produziu" muitas vagas ociosas, houve uma "crise" no segmento privado, que Amaral já havia destacado. Desta forma, a tendência de esgotamento do segmento particular, defendida por Carvalho (2006), foi o contexto político no qual o Programa Universidade Para Todos (Prouni[8]) foi criado, no ano de 2004, por meio do qual o governo federal promoveu a expansão da educação superior pela via de uma política de renúncia fiscal e transferência de recursos públicos para o setor privado[9], engendrando o marco regulatório no qual se confirmam tendências de regulação transnacional de expansão da educação superior, através da iniciativa privada, com a transferência de recursos públicos. Este é certamente um ponto importante que também explica o crescente interesse do setor financeiro pelo controle do segmento educacional.

Portanto, a nova configuração do ensino superior precisa ser entendida nos marcos da mundialização do capital e da primazia do setor financeiro. A internacionalização/ transnacionalização da educação está, desta forma, inserida no projeto global do capital de eliminação de fronteiras para o mercado educacional, envolvendo, neste caso, o livre-comércio de serviços educativos, no qual o movimento do capital tem engendrado os oligopólios educacionais no Brasil, através do setor financeiro via fundos de investimentos, envolvendo a fusão e aquisição de instituições.

Consequentemente, encontramos, nesta nova conjuntura, uma tendência à eliminação de barreiras para o livre-comércio dos serviços educativos, dos quais se destaca o estabelecimento de filiais de universidades estrangeiras, venda de franquias

[8] O Prouni foi submetido ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei nº 3.582 e, posteriormente, regulamentado pela Lei 11.096/2005.

[9] Importante, também, destacar as diversas alterações que o projeto inicial do Prouni sofreu, por pressão do segmento particular, por meio de suas entidades, com o Projeto de Lei original recebendo aproximadamente 292 emendas, a maioria beneficiando as mantenedoras das instituições particulares, conforme atesta estudos de Catani, Gilioli e Hey (2006). De acordo com Leher (2005), o projeto inicial as IES privadas deveriam destinar cerca de 25% das vagas para bolsas integrais, e a versão final votada foi de 4,25%, com extensão de benefícios para todas as IES, independente de vagas disponibilizadas.

acadêmicas, educação a distancia, entre outros (PEIXOTO, 2010), aos quais acrescentamos, também, o processo de aquisições e fusões no ensino superior.

Entretanto, por que falar em mundialização do capital, capital rentista, fundos de investimento para situar uma análise sobre a mercantilização da educação superior brasileira? Por que um recuo à economia politica para o entendimento das politicas educacionais? Esta análise precisa ser feita para que a discussão da natureza atual da mercantilização da educação não seja apartada do movimento que o capital, mundializado, tem feito, fundamentando-se no materialismo histórico e dialético, numa análise que deve ser desenvolvida chegando até a economia, para o entendimento da concretude das politicas educacionais, referenciado nos princípios de mediação, contradição e totalidade.

Esta análise certamente precisa levar em conta as discussões acerca do capitalismo brasileiro, de caráter dependente, conforme salienta Florestan Fernandes (1975), combinado com a face do capital rentista, seja portador de juros ou fictício, e seus nexos e desdobramentos na educação superior brasileira. Ora, Chaves (2010) já aponta que com faturamento de aproximadamente 55 bilhões de reais em 2008, os lucros auferidos no segmento privado de educação superior já podem ser comparáveis aos de empresas de grande porte como a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobras, a Gerdau, etc., o que nos impõe refletir sobre a educação dentro dos atuais marcos regulatórios da acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Limites à expansão do setor privado no Brasil-subsídios para análise do Censo de Educação Superior 2004**. Brasília, INEP, 2006, 53p.

BARRETO, Raquel G.; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39,
p.423-36, set./dez. 2008.

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.582 de 2004. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providencias.

CARVALHO, C.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do

acesso às instituições de ensino superior?. In: **Educar em Revista**. Curitiba, UFPR, n. 28, p. 125-140, jul-dez, 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, abr./jun. 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2000.

COUTINHO, L., Belluzzo, L. G. M. Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 11, 1998, p. 137-150.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, tratados de livre comércio e politicas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi & OLIVEIRA, Dalila. **Crise da escola e politicas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

Harvey, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LACERDA, Antônio Correa. Globalização e o Brasil: riscos, oportunidades e desafios. **Revista de Economia Relações Internacionais**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 35-54, 2002.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauros, 2003.

LIMA, Katia. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação** - novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I, V. II. 20º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. In: João Ferreira de Oliveira; Afrânio Mendes Catani; João dos Reis da Silva Júnior. (Org.). **Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010.

SIQUEIRA, Angela. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, Maio/Junho/Julho/Agosto, 2004.